
RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL E PORTUGAL: UM BREVE HISTÓRICO PARA UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA

Ian Nunes Dias Lopes¹

Beatriz dos Reis Silva Guimarães²

Maressa Mendanha Oliveira³

Resumo

O seguinte trabalho em andamento tem como intuito a análise das relações bilaterais entre Brasil e Portugal, no objetivo de entender a manutenção bilateral entre os dois países e como se apoiam no cenário internacional contemporâneo em diversos âmbitos. O passado de ambos tem suma importância para a realidade presente, tal como demonstra o marco da independência do Brasil comparado ao contínuo convívio, o que enaltece os resquícios dessa relação antes forçada, dessa forma, há o intuito de um breve estudo dos pontos de grande destaque desse passado da relação. Assim, a análise se divide entre as primeiras relações dos dois países lusófonos e se estende para a relação bilateral contemporânea, utilizando do método qualitativo com a análise de biografias, documentos, reportagens e grandes marcos históricos importantes para o tema, com foco no fluxo migratório, troca cultural, comercial e cooperações internacionais diversas; tais como na ONU e demais agências internacionais. Assim, analisadas brevemente a criação dessas relações e como hoje afetam o convívio entre o país latino e o europeu, serão explanados tratados, acordos e atritos, esperando-se dessa forma alcançar no resultado um trabalho que infira de maneira clara a realidade de cooperação internacional que os dois países exercem em conjunto contemporaneamente e de que forma poderiam aumentar a contribuição dentro dessa relação bilateral.

Palavras-chave: Relações Bilaterais; Brasil; Portugal; Cooperação Internacional.

1. INTRODUÇÃO

A data de início das relações entre Brasil e Portugal, é algo que pode ser questionada, devido ao marco da chegada de Portugal nas terras brasileiras. Por anos haveria uma relação colônia e metrópole entre esses dois países, e uma relação de cooperação de nível obrigatória. A história desses dois países se entrelaça desde o início em quase todos os aspectos possíveis. Pesquisadores afirmam que a “descoberta” das terras Brasileiras não ocorreu por acaso, como é ensinado nas escolas. A presença do cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira na tripulação de Pedro Álvares Cabral no início de

¹ UFG, ianpwbrasil@hotmail.com, 0000-0001-8700-8619.

² UFG, beatrizreis.sg@gmail.com, 0000-0003-4445-9641.

³ UNIP, maressa.mendanha@hotmail.com, 0000-0002-5573-5464.

1500 é um fator que levanta o questionamento sobre como o navio com os experientes tripulantes se “perdeu” da rota para Índia. Em 1498, Pacheco teria participado de uma expedição secreta a mando da Coroa Portuguesa, onde teria sido constatado a existência das terras brasileiras. Teria sido nessa expedição que os portugueses tiveram seu primeiro contato com a terra e seus habitantes, tornando assim a viagem de Cabral sem muitas surpresas ou imprevistos. Dessa forma é batizada a Terra de Santa Cruz, anteriormente por um breve momento, Vera Cruz, e mais tardiamente “Brasil”, devida a grande quantidade de pau-brasil na região (CERVO, 2000).

Durante três décadas, não havia muitas expedições sendo realizadas, e o processo de colonização é quase inexistente, tornando Brasil foco de exploração do pau-brasil a partir de 1501, se tornando a principal atividade econômica de Portugal até 1530, porém essa prática de exploração continuaria ativa por todo o período colonial. Dessa forma foram criadas as feitorias, que funcionavam como um entreposto comercial devido ao sucesso da comercialização do pau-brasil; se destacaram as feitorias de Cabo Frio (RJ), Rio de Janeiro (hoje cidade) e Pernambuco. A extração do pau-brasil, tão lucrativa para Portugal, causou a quase extinção de sua espécie. O ritmo do desmatamento foi tão devastador, que em 1558, as melhores árvores de pau-brasil só podiam ser encontradas a mais de 20 km da costa (DEAN, 1986).

Quando em 1516, o rei de Portugal à época, Dom Emanuel I, ordenou o envio de navios para que desse início o povoamento e abrangesse mais a exploração, porém os portugueses enfrentaram grande resistência dos indígenas à tentativa de submissão e extermínio. Somente no ano de 1531, com o capitão-mor da esquadra e das terras coloniais, nomeado por Dom João III, Martin Afonso de Souza é enviado ao Brasil, visando, de acordo com Domingues, “efetivar a exploração mineral e vegetal da região e a distribuição das sesmarias⁴”. Neste período inicia-se a introdução da mão de obra escrava nas plantações da colônia, fator que logo haveria de tomar um caráter peculiar devido às relações que os portugueses haviam criado com parte da cultura africana após a invasão dos mouros na península Ibérica e a Reconquista. Com os fracassos das Capitânicas Hereditárias é implantado então o Governo Geral por D. João III, na tentativa de centralizar o poder na colônia e torná-la mais lucrativa para a coroa portuguesa. O Governo Geral teve seu início sob a liderança de Tomé de Sousa que fundou a primeira capital brasileira, Salvador, em 1549. Neste período inicial da colonização do Brasil deu-se o que pode ser chamado de o primeiro "tratado" luso-brasileiro, o Pacto Colonial, que foi de grande

⁴ Sistema português, adaptado no Brasil, que normatizava a distribuição de terras abandonadas pertencentes a Portugal e entregues para ocupação (nota própria).

importância para Portugal, e bem prejudicial a colônia, onde ficava proibida da extração e comercialização do pau-brasil sem a permissão e tributação à coroa portuguesa (CERVO, 2000).

Com a queda na exploração do Pau-Brasil, Portugal buscou outra forma de atividade econômica que rendesse lucro. Dá-se então o início do ciclo da cana de açúcar, ainda baseado na doutrina mercantilista “onde a colônia existia exclusivamente para atender os interesses do colonizador, em regime de monocultura, seguindo as regras do pacto colonial, onde a colônia só podia vender para Portugal e comprar de Portugal”. Esse processo do açúcar possibilitaria um intenso comércio entre a colônia distribuidora e consumidores lusitanos. Até 1630 Portugal havia consolidado sua economia com o ciclo da cana-de-açúcar no Brasil, entretanto com a invasão dos holandeses no Nordeste, esse posto foi perdido para os holandeses, que após serem expulsos da colônia, se estabelecem com cultivo de cana de açúcar nas Antilhas e adquirem supremacia no mercado de açúcar da Europa, trazendo a queda da economia açucareira brasileira, e se encerrando o ciclo da cana de açúcar. Com o início das entradas e bandeiras⁵, como forma de buscar novas fontes de renda, no séc. XVII o interesse no Brasil foi reacendido devido a descoberta do ouro, o que gerou diversas mudanças na colônia e no modo ao qual era tratada perante a metrópole, junto com o surgimento de vilas e cidades, comércios e negócios, por toda a extensão de seus caminhos; além do surgimento da primeira camada da população, considerada nos dias de hoje, de classe média, através de garimpeiros independentes. Uma imensa taxa de imigração de Portugal para o Brasil ocorreu de forma a forçar D. João V a criar leis para tal e até a geração de passaportes em 1709 para diminuir este fluxo. Isto gerou também uma mudança da língua oficial do país que deixou de ser o "tupi antigo" e modificou-se para o português (MAESTRI, 1991).

No início do séc. XIX com as guerras napoleônicas e o bloqueio continental, D. João VI se vê obrigado a fugir da metrópole, para o Brasil, fato este que foi decisivo nas futuras relações luso-brasileiras levando inclusive a elevação do status de colônia para principado. Em 1808 com a chegada da família real à colônia, e a conquista do território de Portugal por Napoleão, a economia portuguesa encontrava-se numa situação complicada, tendo a Inglaterra como principal apoiadora. Dom João vê-se, então, na necessidade de findar o Pacto Colonial e abrir os portos brasileiros para as nações amigas. Outras ações que favoreceram o desenvolvimento doméstico do Brasil devido a vinda da família real, foi, de acordo com Vieira, o “estímulo ao estabelecimento de indústrias e cancelamento da lei que não permitia a criação de fábricas no Brasil; construção de estradas e reforma nos portos;

⁵ As bandeiras foram expedições que saíam da capitania de São Paulo em direção ao sertão brasileiro, que tinham o objetivo de explorar o território brasileiro a procura de riquezas minerais, novas terras e escravos.

instalação da junta de comercio; criação do Branco do Brasil”. Em 1815 o Brasil é elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves fazendo com que as capitanias se elevassem a províncias. A cultura também recebeu investimentos, com a criação da Escola Real de Artes; da Biblioteca Real; observatório astronômico e diversos cursos desde a arena da medicina até agricultura e vários outros (CERVO, 2000).

Com a volta de Dom João VI a Portugal, em 1821, Dom Pedro I manteve-se como príncipe regente do reino, mas um ano depois declarou a independência do Brasil, elevando finalmente o status da nação e dando um caráter de maior "igualdade" às relações luso-brasileiras. Brasil e Portugal detém uma linha histórica de governo semelhantes. Ambos passaram por Monarquias, e se tornaram uma República, rumando assim até o contemporâneo. A República foi instaurada no Brasil em 1889, com um golpe militar que depôs Dom Pedro II. Esse período, da primeira república vigente no país, é conhecido como República Velha, se estende até 1930, e é dividido em dois períodos importantes: A República das Espadas⁶ e a República das Oligarquias⁷. Por sua vez, em Portugal, a República foi instaurada também após um golpe, porém este realizado por um partido, o Partido Republicano Português. O início da República portuguesa foi no ano 1910, 21 anos após a instauração da República brasileira. O Governo Provisório deteve todos os poderes e teve ampla atuação até a abertura oficial da Assembleia Nacional Constituinte, em 1911. Começava assim a primeira República (MASTRI, 1991).

É importante destacar a complexa relação bilateral que se deu início entre as duas nações a partir do momento em que se tornaram repúblicas. Mesmo com o Brasil sendo uma nação independente, suas raízes coloniais eram portuguesas, sua língua era portuguesa, e sua cultura também. Porém, a riqueza do povo e sua raça, sempre fora, e ainda é, uma mistura de muitas raças e influências distintas. Contudo, o estado de colônia é algo que influenciou, e até hoje influência, o que é ser brasileiro. Longe das amarras portuguesas, os primeiros governantes brasileiros não deixavam de ter o nome e sobrenome português. Nota-se que suas influências culturais, sociais, políticas têm relação direta com essa descendência portuguesa, assim como do processo de pluralização cultural pelo qual o país passou com o recebimento de diversos estrangeiros. A relação de ambos os países, a partir do momento em que se tornaram repúblicas, teve grandes altos e baixos, e momentos marcantes para a História das Relações Internacionais. Ainda como Monarquia, Portugal em 1894 teve um breve

⁶ Período no qual o Brasil foi governado pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto entre os anos de 1889 e 1894.

⁷ Foi a alternância de poder entre as oligarquias cafeeiras de Minas Gerais e São Paulo, entre os anos de 1894 e 1930, foi também conhecida como “República do café com leite”.

atrito com a República brasileira. No Brasil a Revolta Armada estourou, e Portugal foi acusado de dar abrigo a rebeldes brasileiros participantes do conflito. O governo português enviou uma frota naval a costa brasileira, mais especificamente ao Rio de Janeiro. Tudo isso ocorreu para defender os interesses de Portugal durante a Revolta, que ocorria no governo de Floriano Peixoto. Todo o incidente foi considerado, para o Brasil, como a quebra da soberania da República, e foi rompido assim todas as relações diplomáticas com o Reino português. As relações só foram restabelecidas em 1895, quando Prudente de Moraes presidia o país (MARTIN, 2016).

2. DESENVOLVIMENTO

A relação Brasil-Portugal sempre foi entrelaçada, tendo um colonizado o outro e passado períodos de reinado e república. A República Portuguesa e a República Brasileira foram fundadas na mesma época histórica, e partir do momento que ganharam a configuração de Estados independentes, ambos os países começaram a implementação de relações bilaterais, uma vez que suas economias e povos já eram, por razões históricas, entrelaçadas. Atualmente essas relações entre os dois países é de um tom único, próximos em interesses, a cooperação é mútua e movimentos coordenados de caráter político-diplomático são realizados pelos países. Assim como coordenação social, econômica, cultural e jurídica. A relação atual entre os dois países é dita como muito influenciada pelo vasto território brasileiro, que, assim como na economia, é maior que em Portugal. Com independência e liberdade de relações como Repúblicas, Brasil e Portugal compartilham diversos projetos de cooperação econômico, social, intelectual, cultural entre outros. Desses projetos, podemos citar a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), fundada em 1985. De grande importância, ela une as cidades que tiveram um papel significativo na história dos países de língua portuguesa. Assim, no campo cultural da linguagem, já no Século XX Brasil e Portugal realizaram inéditos acordos bilaterais linguísticos, sendo o mais recente, o Acordo Ortográfico de 1990 (CERVO, 2000).

A UCCLA, União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, é uma associação intermunicipal de natureza internacional, criada em 28 de junho de 1985. Assinaram o ato de fundação, as cidades de Bissau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro e São Tomé/Água Grande. Sendo uma associação de cidades capitais, representantes de povos e nações livres, a UCCLA tem sido palco de frutuosa e intensa ação de intercâmbio e cooperação, assumindo a missão de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar das suas populações. As suas ações, no

âmbito da prevenção, saúde e educação, cultura, infraestruturas, saneamento e ambiente, reabilitação e património, formação empresarial e autárquica, e institucional, têm-se desenvolvido ao longo dos seus anos no universo das suas cidades-membro e, de forma muito positiva, têm contribuído para fomentar o entendimento, a cooperação e o desenvolvimento econômico entre os seus municípios membros. Atenta às reais necessidades, a UCCLA foi precursora da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Foi a primeira instituição de parceria público-privada votada à cooperação para o desenvolvimento no seio da lusofonia.

A CPLP é uma organização internacional formada por países lusófonos, com o intuito do aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Após declarar independência, Timor-Leste também foi acolhido como país integrante, assim como Guiné Equatorial. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil consta que a população de seus membros soma mais de 270 milhões de pessoas. A verba da CPLP vem do Secretariado Executivo, onde cada estado-membro custeia com contribuições mandatórias. Isso também ocorre através do Fundo Especial, que funciona através de contribuições voluntárias e sua verba é destinada para programas de cooperação. A sede da organização se encontra em Portugal, mais precisamente em Lisboa. Dia 5 de maio a organização promove o Dia da Cultura Lusófona. Atuando em áreas sociais, a CPLP busca ações na área de direitos humanos, igualdade de gênero e migração. Já nas áreas legais ocorre uma busca em administração pública e justiça. E por último, na área econômica, é feito uma busca por melhorar as relações entre os países membro na tentativa de estruturar mais suas economias (CERVO, 2000).

A União de Médicos Escritores e Artistas Lusófonos (UMEAL) é uma entidade que congrega médicos escritores e artistas que falam a língua portuguesa. Foi fundada, em uma reunião preparatória em 24 de setembro de 1992, na localidade de Curia, Portugal. Nasceu com a finalidade de integrar médicos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, com o intuito de desenvolver a criatividade e o viés cultural dentro destes profissionais, fazendo uma ponte entre a ciência e a arte, de forma a expandir as capacitações destes médicos, sua sensibilidade para o mundo ao seu redor e para seus pacientes além de agregar médicos espalhados pelo mundo que falem o idioma português e se dediquem à literatura ou a outra arte (BITTENCOURT, 2017).

O Estatuto da Igualdade é um acordo importantíssimo para as relações luso-brasileiras, assinado entre Brasil e Portugal, em 21 de abril de 2000, na época da comemoração dos 500 anos da

descoberta do Brasil. Ele beneficia tanto portugueses que moram no Brasil, assim como brasileiros que moram em Portugal. Ele tem o caráter de um Tratado de Amizade e garante que um brasileiro ou português tenha os mesmos direitos em países diferentes, como viagem entre os dois países sem necessidade de visto, prestação de concurso público para seguir carreira política. É assim assegurado assim a igualdade de ambas as populações e abrindo portas para uma grande troca cultural entre os países, levando a grandes massas migratórias para ambos os territórios e expandindo as relações luso-brasileiras no âmbito interpessoal. A única exceção existente segue em relação aos respectivos blocos econômicos de cada país: um brasileiro não possui livre passagem dentro da União Europeia, enquanto os portugueses não possuem os direitos dos brasileiros dentro do Mercosul, ou seja, o acordo é apenas no interior dos respectivos países, não é um acordo entre blocos econômicos. Entretanto, esses acordos, tratados e instituições criadas demonstram uma grande vontade e ação em aproximar os dois países, principalmente pela sua forma de interligação; boa parte dessas ações foram criadas a partir do fato dos dois países compartilharem a mesma língua e história (SOUZA, 2003).

Nos aspectos econômicos de uma análise do comércio internacional, o comércio brasileiro é vivo principalmente na região da América do Sul. É óbvia essa escolha pelas questões culturais e proximidade geográfica envolvida, o que facilita a relação. Além disso muitos acordos firmados na década de 90 facilitam essa relação. A relação diplomática do Brasil com alguns países da União Europeia é sustentável, porém, com outros é complicada. Isso se deve as manobras da Comissão Europeia nas negociações que envolveram o Brasil e o Mercosul. Esse fato teve uma leve mudança a partir de 2008, com a assinatura de novos acordos com a UE. Dois acordos mantém a relação entre o Brasil e a União Europeia firmes, e isso afeta diretamente a relação do país com Portugal. O primeiro é o Acordo-Quadro de Cooperação Brasil/UE, que entrou em vigor desde 1 de novembro de 1995. O segundo é o Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Mercosul/ UE, que entrou em vigor desde 1999. Ambos têm o caráter de facilitar o comércio entre as várias regiões. Nos decretos, vemos o propósito de fomentar o desenvolvimento da cooperação no quesito de comércio, investimento e tecnologia, tendo em vista a situação desenvolvimentista do Brasil, que se mantém um importante participante no mercado europeu, sendo um grande exportador e importador com um grande fluxo de produtos básicos (SOUZA, 2003).

Desde 2000, como relatado, habitantes do Brasil podem viajar para Portugal (e vice-versa) sem visto. Em 8 de junho de 2004 foi criada em Lisboa a Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa (ACOLOP), com o objetivo de integrar os países e regiões de língua

portuguesa. Atualmente, ambos os países cooperam juntos através de congresso e fóruns através de todo o globo. Dentro da ONU eles são peças importantes, e Portugal faz lobby para que o Brasil se torne membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na parte da Língua e Cultura ambos os países foram os idealizadores de organizações como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (a CPLP), assim como da União de Médicos Escritores e Artistas Lusófonos (UMEAL).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que, com o tempo, Brasil e Portugal se afastaram no âmbito internacional devido aos conflitos do passado, mas com o constante desenvolvimento criado pelo globalismo, o estreitamento das relações entre estes países se torna algo quase natural, que quebra as antigas barreiras criadas pelo colonialismo, e gera uma chance de reestruturação dos laços criados pela cultura e língua compartilhadas.

Pode se perceber uma tentativa portuguesa de saudar a dívida histórica que tem com alguns países, Brasil incluso, participando de diversas organizações que tentam apoiar a troca cultural entre estas nações devido a compartilhamento da língua e cultura, heranças portuguesas. Observa-se também como o Brasil cresceu em termos de influência no cenário mundial, de forma a levar Portugal a buscar de volta a antiga colônia em busca de tratados e organizações tanto culturais quanto econômicas, de forma a desenvolver um fortalecimento das relações luso-brasileiras e criar uma parceria e aliança entre estes países que são tão diferentes, mas tem tanto em comum devido a sua história compartilhada.

Uma atualização sobre essa cooperação, mesmo que simbólica, se demonstra na recente mudança que permite brasileiros dirigirem veículos sem precisar tirar a CNH portuguesa; ou seja, utilizando os próprios documentos brasileiros que compravam a habilitação. Essa mudança de lei demonstra o esforço, em todas as áreas, que os dois países exercessem para que haja um status constante de junção cultura, econômica e burocrática entre ambos.

A cooperação entre as duas nações é rica, porém não se sabe se tende ao afastamento ou ao estreitamento de proximidade durante os próximos anos. Ações mais diretas serão necessárias para que a segunda se torne verdade, onde o uso das mídias será fator importante para manter uma boa

relação não só entre as políticas dos dois países, mas que também houvesse uma maior proximidade de suas populações culturalmente, trazendo assim um fluxo maior entre pessoas das duas nacionalidades, que poderiam circular pelos dois países tendo em vista as facilidades para tal que poderiam ser implementadas. Acordos econômicos mais agressivos também poderão se demonstrar muito importantes para que haja essa proximidade ainda maior entre as duas nações.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Alba. **XI Congresso da UMEAL (União de Médicos Escritores e Artistas Lusófonos) sob o tema “Macau 2017: Medicina e Criatividade”** - de 1 a 4 de novembro em Macau - China. Disponível em: <<https://www.portalsplishsplash.com/2017/10/xi-congresso-da-umeal-uniao-de-medicos-escritores-e-artistas-lusofonos-sob-o-tema-macau-2017-medicina-e-criatividade-de-1-a-4-de-novembro-em-macau-china.html>>

CARVALHO, Carolina. **Estatuto de Igualdade de Direitos entre Portugal e Brasil**. Disponível em: <<https://www.eurodicas.com.br/estatuto-de-igualdade-de-direitos/>> Acesso em 22 de novembro de 2018.

CERVO, Amado Luiz. **As relações entre Portugal e Brasil: o peso da história**. Meridiano 47, nº 2 agosto, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/591/498>>

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA – disponível em: <<https://www.cplp.org/id-4476.aspx>>

Cooperação Econômica. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-4476.aspx>> Acesso em 22 de novembro de 2018.

DEAN, Warre. A ferro e fogo. **A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

HOLANDA, Sérgio B. de & PANTALEÃO, Olga. “Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista”. In: HGCB. São Paulo: Difel, v. 1.

Igualdade de direitos \ portugueses. 25 de novembro de 1971. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/igualdadedireitosportugueses.htm>> Acesso em 12 de Agosto de 2022.

MAESTRI, Mário. “No tempo do pau-brasil”. D.O. Çeitura. São Paulo, 9 (105): 2-3, 1991.

MARTIN, Cássio N. **As relações luso-brasileiras: direitos políticos e migratórios**. 56f. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2016.

MENDONÇA, Pâmella Maria. **As relações comerciais brasileiras: Portugal, um importante mercado?**. 2017. 39f Mestrado - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

O aprofundamento das relações Brasil-Portugal no contexto da Globalização. Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/o-aprofundamento-das-relacoes-brasil-portugal-no-contexto-da-globalizacao>> Acesso em 22 de novembro de 2018.

Objetivos. Disponível em: <<https://www.uccla.pt>> Acesso em 22 de novembro de 2018.

Portal diplomático. República Portuguesa. Disponível em:

<<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/brasil>>

REPÚBLICA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5672-republica-portuguesa>> Acesso em 22 de novembro de 2018.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "**Fatos controversos sobre o descobrimento do Brasil**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/descobrimento-brasil.htm>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

SOUZA, Ricardo Avelar de. **As Relações Brasil-Portugal e a construção de um projeto identitário: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Mestrado, Universidade de Brasília (UnB), 2003.

VAINFAS, Ronaldo (direção). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VICENTE, Nunes. **Lei que reconhece CNH do Brasil passa a valer em Portugal nesta segunda**. Correio Braziliense. Brasília, 31 de julho de 2022. Mundo. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/07/5025921-lei-que-reconhece-cnh-do-brasil-passa-a-valer-em-portugal-nesta-segunda.html>> Acesso em 12 de agosto de 2022.

VIEIRA, Eduardo de Almeida. **A relação entre o Brasil e Portugal – Uma análise sobre as perdas e os danos históricos**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia/a-relacao-entre-o-brasil-e-portugal-uma-analise-sobre-as-perdas-e-os-danos-historicos.htm>> Acesso em 10 de Julho de 2022